
Ameaças e desafios do jornalismo contemporâneo

Efeitos da projeção mediática

Threats and Challenges of Contemporary Journalism: Media Effects

Daniela Gomes Santiago

**Edição eletrônica**

URL: <http://journals.openedition.org/cp/593>

DOI: 10.4000/cp.593

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Edição impressa

Data de publicação: 31 Dezembro 2013

Paginação: 95-135

ISBN: 1646-1479

ISSN: 16461479

Refêrencia eletrônica

Daniela Gomes Santiago, « Ameaças e desafios do jornalismo contemporâneo », *Comunicação Pública* [Online], vol.8 n14 | 2013, posto online no dia 01 junho 2014, consultado o 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cp/593> ; DOI : 10.4000/cp.593



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

AMEAÇAS E DESAFIOS DO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO¹

EFEITOS DA PROJEÇÃO MEDIÁTICA

Daniela Gomes Santiago

danielasantiago13@gmail.com

Escola Superior de Comunicação Social do IPL

Rádio e Televisão de Portugal – RTP

Resumo: A primeira página de um jornal. Um direito de resposta original. Um artigo de opinião... que serviu para uma vingança pessoal. São três de alguns exemplos que escolhi para ilustrar as preocupações crescentes quanto ao futuro do jornalismo.

Como docente, mas especialmente como jornalista, decidi debruçar-me sobre as ameaças e os desafios que se colocam ao Jornalismo Contemporâneo, interpretar e questionar a profissão que fez de mim a mulher que sou, verdadeira militante e comprometida com um jornalismo que vejo ameaçado e, comumente, condenado a críticas e contradições, enquanto outros se servem dele para obedecer a lógicas partidárias, económicas, ou, meramente, para “ajustes de contas” pessoais.

Como garante o detentor de uma das primeiras carteiras profissionais de jornalista, o jornalismo é um “ato de amor”.² Baptista Bastos lamenta que a “falta de paixão” do jornalismo português afaste o público, e garante que “os verdadeiros jornalistas são uma minoria; o resto são umas adjacências”.

O jornalismo é uma das minhas maiores preocupações, origem de grandes frustrações e perguntas que avento “boca fora” sempre que surge uma oportunidade... e esta é uma delas.

É, exatamente, sobre algumas das dúvidas que me assaltam a alma e com as quais me defronto diariamente, confrontando depois os meus alunos, que me debrucei ao longo das páginas que se seguem. São inquietações, desafios, questões críticas, que se colocam ao Jornalismo contemporâneo.

Paravras-chave: Jornalismo, Jornalismo Contemporâneo, Efeitos do Jornalismo, Ameaças e desafios do Jornalismo.

¹ Este texto foi construído no âmbito das provas públicas para a atribuição do grau de especialista pelo Instituto Politécnico de Lisboa.

² *Jornalismo e Jornalistas*, Edição Clube de Jornalistas, n.º 52 out/dez 2012, pp. 18-25.

THREATS AND CHALLENGES OF CONTEMPORARY JOURNALISM³

– MEDIA EFFECTS–

Abstract: A newspaper first page. A unlikely right of reply. An opinion article who served for a personal revenge. Are three examples that I have chosen to illustrate the growing concerns about the future of journalism. This text was written for the public examination of Specialist Journalism, in the Polytechnic Institute of Lisbon.

As a teacher, but especially as a journalist, I decided to devote myself on the threats and challenges facing the Contemporary Journalism, interpret and question the profession that has made me the woman I am, true militant and committed journalism I see threatened and commonly, sentenced to criticisms and contradictions, while others use it to obey logical partisan, economic or merely personal revenge.

How assures the holder of one of the first press card, in Portugal, Journalism is an act of love.⁴ “Baptista Bastos regrets that the “lack of passion” of journalism Portuguese away the public, ensures that “real journalists are a minority, the rest are adjacencies”.

Journalism is one of my greatest concerns, the source of great frustration and questions I ask whenever an opportunity arises and this is one of them. Exactly some of the doubts that have in my soul, and with which I daily confront my students are the subject of the following pages. Are concerns, challenges, critical issues facing the contemporary journalism.

Key words: Journalism, Journalism Contemporary, Effects of Journalism, Threats and challenges of Journalism.

³ This text was written for the public examination of Specialist Journalism, in the Polytechnic Institute of Lisbon.

⁴ *Journalism and Journalists*, Journalists Club Edition, No 52 Oct/Dec 2012, pp. 18-25.

“Os jornalistas são os trabalhadores manuais, os operários da palavra.
O jornalismo só pode ser literatura quando é apaixonado.”

Marguerite Duras

Ainda era noite quando nos chamaram. Vesti umas calças e uma t-shirt em segundos, saí porta fora com uma certeza: o acontecimento que queria registrar nunca esperaria por nós. O caminho de Réfane a Réo Mao pareceu interminável. Os mais longos 5 minutos de uma vida que insiste em correr. Quando entrei no cubículo, a que chamam Centro de Saúde, suspirei... Tínhamos chegado a tempo! A tempo de dar as boas-vindas a Isabel. Mais uma bebé entre cerca de três dezenas que nascem todos os meses na aldeia de Réo Mao. Uma entre centenas, milhares de crianças com que me cruzei e guardei na alma e no coração depois de dez dias no interior profundo e árido do Senegal.

Por ali há de tudo. Jovens que recitam o Corão debaixo de árvores resistentes ao sol, homens que mastigam sementes do fruto do baobab, vendedores do Mali a regatear com criadores de cabras da Mauritânia, mulheres desnudadas a dar de mamar a bebés rechonchudos, crianças desdentadas, sujas e felizes a brincar com paus e arames, únicos brinquedos que conhecem e, provavelmente, alguma vez conhecerão durante a infância.

Réfane e Réo Mao ficam no Sahel. A faixa semidesértica que parte de Dakar até ao Sahara, que percorre aldeias, vilas, savana, deixando-as cor de pó. Secas. Áridas. Desertas. Isabel nasceu numa terra de onde muitos, quase todos os jovens, querem fugir. Grande parte deles morre pelo caminho, a caminho do Eldorado europeu. Se soubessem o que os espera! Nunca o fariam. Muitos nunca chegam ao destino. Os que optam pelo deserto, pela Líbia rumo a Itália desaparecem nas ondas da areia. Os que optam pelo mar, em embarcações que parecem feitas “de papel” pousadas no areal de Yoff (junto a Dakar) são engolidos pelas ondas de sal. Nunca chegam às Canárias.

Isabel é uma flor de esperança num jardim que secou há muito. Vi-a nascer. Estava em reportagem, para a RTP e para minha vida. Apaixonei-me por ela. Apaixonei-me pelo ténue fio de vida que nos liga a um Mundo onde nem tudo o que parece é, e onde nem tudo o que procuramos fará, de facto, a nossa felicidade. Gostava de saber de ti, Isabel.

Este é um de três textos que escrevi sobre África para o dossiê “Viagens”, de uma revista portuguesa.

“Missão Réo Mao” valeu-me o prémio de jornalismo Direitos Humanos & Integração.⁵ Fui galardoada pelo meu trabalho e, no entanto, a maior distinção que recebi em Réo Mao foi conhecer Isabel e tantos como ela.

A minha vida é uma grande reportagem. Um trabalho jornalístico gigantesco que sei quando começou e só o destino, com a minha morte, poderá concluir.

⁵ Primeiro prémio Meios Audiovisuais 2009, atribuído pela Comissão Nacional da UNESCO e do ACIDI.

Como garante o detentor de uma das primeiras carteiras profissionais de Jornalista, “o jornalismo é um ato de amor”.⁶ Baptista Bastos lamenta que a “falta de paixão” do jornalismo português afaste o público, garante que “os verdadeiros jornalistas são uma minoria; o resto são umas adjacências”.

O jornalismo é, no entanto, e inversamente ao prazer que me proporciona, uma das minhas maiores preocupações, origem de grandes frustrações e perguntas que avento “boca fora” sempre que surge uma oportunidade.

É, exatamente, sobre algumas das dúvidas que me assaltam a alma e com as quais me defronto diariamente, confrontando depois os meus alunos, que agora me debruço. Seguem-se inquietações, desafios, questões críticas, que se colocam ao Jornalismo contemporâneo.

1. SEREMOS TODOS JORNALISTAS?

A pergunta impõe-se quando o cidadão começa a pressionar o repórter, quando os telemóveis, a *internet* e as redes sociais condicionam os *media*.

As imagens da morte de Muammar Kadhafi, da execução de um ditador, não deram tempo às redações para “processar”, refletir sobre o efeito e o verdadeiro conteúdo da informação, sobre o poder da imagem. “O problema é ter tempo para pensar”, diz Paulo Dentinho, último repórter português, e dos últimos jornalistas no Mundo, que entrevistou Kadhafi na Líbia (Diário de Notícias, 10/11/2011, p. 28) e que esteve ao lado do cadáver do homem que os líbios quiseram exibir. Ainda que a primeira reação seja não transmitir as imagens, brutais, de extrema violência, “na voracidade em que nos encontramos, se eu não o fizer”, acrescenta, “alguém o fará”.



Imagem retirada do vídeo que revela a morte de Kadhafi, em novembro de 2011 (disponível na *internet*, no Youtube).

⁶ *Jornalismo e Jornalistas*, Edição Clube de Jornalistas, n.º 52 out/dez 2012, pp. 18-25.

1.1. A imagem como documento jornalístico

Há quase década e meia, recordo-me de censurar imagens que recebi através das agências internacionais. Tratava-se de uma carnificina no Kosovo. No alinhamento do noticiário *24 Horas*, da RTP1, estava uma linha com o nome “Kosovo hoje” e a sigla DSA. Três letras que identificam o nome do jornalista a quem é atribuída a reportagem ou peça, neste caso de informação internacional. E era o meu. Há semanas que seguia a guerra no Kosovo. Visionei todo o material disponível. Já tinha deixado para trás imagens dignas do “Inferno” de Dante, e naquele dia também não tive qualquer dúvida quanto à censura que eu própria estabeleci. Um homem cortava o pescoço a outro com uma navalha. O trabalho era demorado, o sofrimento atroz. A eurovisão tinha enviado as imagens a preto e branco. O sangue não era vermelho, mas a falta de cor não atenuava a violência do que estava a ver. Este é um exemplo entre centenas, talvez mais de mil. Desde esse dia “censurei” muitas imagens que me passaram pelas mãos e pelos olhos. Ignorei-as “jornalisticamente” porque não adiantavam nada de novo. Como escreveu Daniel Cornu, “os jornalistas são herdeiros de um passado. São portadores de uma tradição de liberdade” (1994). Liberdade no direito a informar e, no meu entender, com a experiência adquirida ao longo de anos de reportagem, na autonomia de decidir o que é, ou não, realmente informação. Deixei de lado visões, cheiros, sons, gritos, lágrimas... Também abandonei banalidades, sensacionalismos “baratos”, “vedetismos” sem sentido. Não eram relevantes para a notícia, para acrescentar informação, e, no entanto, quase tudo continua vivo na memória. Acreditem numa coisa (porque eu não acreditava): há um limite. Um limite para quem se diz e é humano.

Catorze anos depois, a instantaneidade com que as imagens aparecem na *internet* coloca-nos outros problemas. Não nos dá tempo para pensar, questionar, discutir com as chefias, com a redação, a importância, a pertinência daquele momento, daquela imagem que, muitas vezes, nada acrescenta e só explora, espicaça sentimentos. É quase leviano fazer jornalismo assim. As grandes premissas do jornalismo: isenção, rigor e credibilidade continuam a fazer parte da *Arca da Aliança* da arte de bem informar.

Uma ética especial, interpessoal, que regula a consciência profissional do jornalista e o torna responsável pelos seus deveres profissionais (...) de prestar à sociedade uma informação objetiva e verídica, colocando como objetivo primordial a defesa dos direitos e interesses exigidos pela dignidade da pessoa e pela rectidão dos seus intentos (Fernandez, 1983).

Francisco Vázquez Fernández descrevia assim, em 1983, a ética e a deontologia da informação. Quase 30 anos depois, a descrição da ética profissional que se exige ao jornalista continua a ser a mesma, e ainda bem, mas as variáveis que a condicionam são múltiplas e muitas vezes contrárias “à defesa dos direitos e interesses exigidos pela dignidade da pessoa”.

As imagens da morte de Muammar Kadhafi, dos últimos minutos de vida do ditador, a quem quase todos os líderes mundiais apertaram a mão, fizeram correr rios de tinta nos jornais, centenas de caracteres em blogs, redes sociais, mas não foram as primeiras, não foram únicas na história recente.

Che Guevara, Jonas Savimbi, Saddam Hussein, Kadhafi... A diferença está no facto de as imagens destes dois líderes árabes revelarem o último suspiro, o momento exato da morte e não o cadáver, sem sopro de vida. Saddam, por enforcamento, captado por um telemóvel. Mesmo sem qualquer qualidade, as imagens correram mundo furiosamente. Kadhafi espancado, baleado, arrastado por uma multidão em fúria, num ato tão bárbaro como aqueles de que era acusado.



Barack Obama e Muammar Kadhafi cumprimentam-se antes de um jantar do G8, em julho de 2009. Foto Reuters.

Dos que jantaram com ele em palácios sumptuosos, no Eliseu ou no Palácio da Ajuda, não se ouviu uma crítica sobre a morte, a forma como Kadhafi foi assassinado, um homem que, apesar de tudo, para quem defende o regime democrático, deveria ter sido julgado pelo Tribunal Penal Internacional.

A dúvida que se coloca é simples e imediata: exibir ou não as imagens que já circulam na *internet*. Se optarmos por transmitir o material poderemos ser alvo de críticas por sensacionalismo, “violência” gratuita (no caso da RTP, regressará, decerto, a “velha” discussão do serviço público); se não o fizermos, e os outros optarem pelo contrário, muitos, decerto, vão questionar a opção. Acusar o canal de “falso moralismo” e fazer *zapping* para ver com os próprios

olhos o que poucos evitaram observar. Basta fazer uma “busca” rápida no YouTube para verificar que os vários vídeos/fotografias relativos à captura e à morte do comandante líbio foram vistos, e continuam a ser esmiuçados, pelo olhar de milhares e milhares de pessoas.

No meu entender, tal como referi no programa *Provedor do Telespectador*, na RTP, em outubro de 2011, as imagens deviam ser reveladas, mas com contenção. Ou seja, não era essencial exibir os vídeos por completo, ao pormenor, sem qualquer tipo de “tratamento” prévio. Não era necessário revelar todo o conteúdo, sem qualquer edição, uma “cortina” ou um desfoque. Da informação passámos para o espetáculo sórdido de uma “morte em direto” repetida vezes sem conta. Alimentámos, mais uma vez, o voyeurismo dos telespectadores, sobre o qual me debrucei na minha dissertação de mestrado⁷ e que tenho registado e confirmado ao longo dos meus vinte anos de jornalismo. Como salientam os autores de *La Felicitá Eterna, la Rapresentazione della Morte in TV e nei Media*, “Lo spettacolo della morte è tanto più ricercato quanto più traumatica, innaturale, avventurosa o delituosa è la sua causa”⁸ (Abruzzese e Scalamonti, 1992). A morte de Kadhafi preenche, em pleno, todos estes requisitos “sofisticados” que apelam ao voyeurismo mórbido dos consumidores da, denominada por vários investigadores, informação-espetáculo.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo (Debord, 2012).

1.2. Realismo vs. Emoção

É certo que somos como o apóstolo São Tomé: “Ver para crer”. Tal como Felisbela Lopes defende, em determinados casos, é necessário ver imagens da morte do indivíduo em causa para acreditarmos nela. “O mundo precisava de ver Kadhafi morto” (*Diário de Notícias*, 10/11/2011, p. 29), garante a professora e investigadora da Universidade do Minho. É quase uma espécie de “exorcismo”. O corpo de Bin Laden não foi exibido e muitos continuam a questionar a morte do líder da Al-Qaeda e até mesmo a pôr em causa a existência de tal “personagem”. Parece uma espécie de prova de fogo: atestar que determina-

⁷ Dissertação “O reconforto da televisão, uma visão diferente sobre a tragédia de Entre-os-Rios”, defendida em julho de 2004, no âmbito do mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, do ISCTE, UTL.

⁸ “O espetáculo da morte é tanto mais atrativo/sofisticado quanto mais traumática, anormal, avventurosa ou criminal for a sua causa.”

das figuras, temidas durante a vida, são de carne e osso como todos nós. Que morrem como todos nós. Contudo, sendo assim, corremos um risco que no meu entender já ultrapassámos há muito: o excepcional tornou-se banal. Há um nível crescente de “violência e sadismo considerado aceitável na cultura de massa”, escreve Susan Sontag em *Olhando o Sofrimento dos Outros*.

Imagens que quarenta anos atrás fariam o público encolher-se e recuar com repugnância são vistas nas salas de cinema por qualquer adolescente sem sequer um pestanejar. De facto, a violência é vista mais como entretenimento do que como chocante por muitas pessoas na maior parte das culturas modernas (Sontag, 2003).

Sontag morreu em dezembro de 2004. Imagino o que escreveria agora. Parece que nada nos horroriza, nada nos afeta, nada nos faz pensar, questionar a realidade, tentar alterar o estado das coisas num Mundo que parece virado do avesso. Exemplo disso: as séries com grandes audiências, como *CSI*, *Ossos*, *Castle*, *Mentalista*, *NCSI*, *Serviço de Urgências*, *Dr. House*... nas quais o sangue, a morte, corpos esventrados, esqueletos, ao melhor estilo de Oliver Stone ou Quentin Tarantino, alimentam o espectador sôfrego por violência.

Afastado de quaisquer noções convencionais de normalidade, o espetáculo do terror serve-se da nossa incapacidade de desviar os olhos de representações de corpos enfermos e danificados, de objetos excrementícios, das decomposições faseadas da vida que se tornaram centrais à prática estética contemporânea – estamos, num certo sentido, a olhar fixamente para a dimensão da “vida despida” que estranhamente persiste na sua exclusão de qualquer normatividade, de qualquer forma de vida (Santner, 2000).

Por uma triste coincidência, no preciso momento em que escrevia estes parágrafos (sentada na minha secretária de trabalho na RTP, numa tarde de agosto tranquilo, dia em que fazia exatamente três anos desde que fui “enviada a correr” para a praia Maria Luísa, no Algarve, onde morreram 5 pessoas devido a uma derrocada), deparo-me, de novo, com o dilema acima relatado. Recebemos uma notícia “de última hora”. Morreram duas pessoas na Nazaré. Um avô de 66 anos e a neta de apenas 5 perderam a vida quando uma onda os arrancou do areal. Eram ambos ingleses. O coordenador do *Telejornal* enviou de imediato uma repórter para o local. Como estamos a três horas do noticiário pede-me para ficar atenta, receber o material que deverá chegar “via satélite em cima da hora” e editar a reportagem que será a abertura do *Telejornal* (21 de agosto de 2012). Entretanto, a agência Lusa disponibiliza seis fotografias. Confesso que já me sentia incomodada, afetada com a notícia antes de ver as imagens. Tenho uma filha de 6 anos. Tal como estudei, e

continuo a estudar, em termos de efeitos da projeção mediática em situações de tragédia também os jornalistas se confrontam todos os dias com a pergunta “E se fosse comigo?” É certo que esta regra não se aplica a todos. É o que acontece com médicos, enfermeiros, bombeiros, coveiros... Muitos dizem que a morte, o sofrimento dos outros não os afeta; outros vestem a pele dos outros, sentem as dores dos outros como se fossem deles. “A impensabilidade dessas experiências”, garante Graham Music, “é muitas vezes o sinal da sua natureza traumática, da sua natureza de experiências que é demasiado difícil de elaborar”. De acordo com o psicoterapeuta de crianças e adolescentes em Londres, podem desenvolver-se traumas de várias espécies e de gravidade variável.

O ponto essencial está em certas pessoas desenvolverem uma capacidade maior do que a de outras no que se refere à organização, à modulação, à elaboração e, de um modo geral, à experiência dos estados emocionais, o que com frequência se verifica acontecer em função das suas experiências anteriores. O autor garante que os indivíduos apresentam diferentes limiares de tolerância à pressão emocional, são suscetíveis de serem perturbados por coisas diferentes, têm diferentes tipos de “pele” ou de “membrana” e, por isso, necessitam também de formas de apoio diferentes (Music, 2002).

Sensibilidade. Emoção. São próprias de um Ser que se diz Humano e, que se saiba, são características que não interditam o acesso e o exercício da profissão de jornalista. Falaremos disso mais adiante.

De regresso à notícia da morte da criança de seis anos e do avô. Abri a página da LUSA, tive acesso às imagens e, de imediato, autocensurei uma fotografia. Um bombeiro segura num corpo pequenino, enrolado numa toalha de praia azul. Nem sequer mandei a fotografia para o grafismo, onde as imagens são tratadas antes da edição da reportagem. Os meus olhos encheram-se de lágrimas, “Isto não acrescenta nada”, disse em voz alta. Não tem valor-notícia. Que sejam os outros a explorar esta desgraça. A fotografia foi capa dos jornais da manhã seguinte. Mais não digo.

Não, não somos todos jornalistas. A nova forma de “espalhar” informação por qualquer cidadão que, no momento certo, esteja no local certo à hora certa com uma câmara de vídeo ou um telemóvel na mão não é, no meu entender, jornalismo. Não desvalorizo, de forma alguma, o valor-notícia de determinados testemunhos e imagens, enviados para as redações por vídeos amadores. Eles foram essenciais em casos como o 11 de setembro, em Nova Iorque, os atentados de 11 de março, em Madrid, ou do Metro em Londres. Chegam a servir de pistas para crimes e em Portugal é impossível esquecer

o poder das imagens reveladas em “primeira mão” na RTP Informação (na época, RTP N) das cheias na Madeira (fevereiro de 2010). O mesmo aconteceu com o tornado em Torres Novas (dezembro de 2009) e com diversos incêndios no país.

Imagem de um vídeo amador das cheias na Madeira em 2010, transmitido no *Telejornal*, da RTP1, e disponível na página da RTP na *internet*.



Os vídeos amadores têm servido para revelar ângulos da notícia aos quais os jornalistas, muitas vezes, não têm acesso. Imagens de hospitais lotados, vítimas civis, escolas destruídas em conflitos como os do Iraque, do Afeganistão, da Líbia e, atualmente, da Síria. São obra-prima de inesgotável valor, mas que merece ser questionada (porque podemos estar a ser manipulados por forças a favor do regime ou contra ele), visionada e trabalhada. Os jornalistas têm o dever de confirmar fontes, informações e, se for caso disso, censurar parte do material. Em causa poderá estar puro sensacionalismo; falta de informação adicional; imagens suscetíveis de ferir a sensibilidade dos telespectadores (se é que isso ainda pode acontecer, permitam-me o desabafo) e que não acrescentam nada de novo à informação. Cabe ao jornalista analisar todas estas questões antes de emitir o material recebido. A isso chama-se autorregulação e lamento que não aconteça com mais frequência do que desejaría.

Em março de 2012, o canal noticioso do Qatar Aljazeera recebeu um vídeo com o tiroteio que vitimou sete pessoas, incluindo três crianças, em Toulouse, França. Mohamed Merah, autor dos disparos, filmou os crimes com uma pequena câmara, que transportava ao pescoço.⁹

Na guerra das imagens, a tecnologia de vídeo tornou-se num instrumento fundamental utilizado pelos terroristas para distribuir imagens, incluindo discursos de líderes terroristas, decapitações horrendas, telediscos hip-hop jihadista e bombistas suicidas (Giroux, 2006).

⁹ Os assassinatos ocorreram no dia 19 de março de 2012. Mohamed Merah, de 23 anos, um francês de origem argelina, morreu a 22 de março durante uma operação policial.



Local do tiroteio em Toulouse, março de 2012. Fotografia AFP.

O vídeo que os jornalistas receberam, com o título “Al-Qaeda ataca França”, consistia, de acordo com fontes policiais francesas, numa montagem de diferentes assassinios, com música e versos do Alcorão. Os responsáveis editoriais da Aljazeera decidiram não transmitir as imagens porque colidiam com o código de ética da rede de televisão árabe. Antes desta decisão, Nicolas Sarkozy, na altura presidente francês, já tinha pedido a todos os canais de televisão que possuíam as imagens para não as revelarem em nenhuma circunstância. O apelo surtiu efeito. Recordo-me de outros apelos... O de Jorge Sampaio, em março de 2001, aos diretores de informação da RTP, da SIC e da TVI, para não mostrarem “planos fechados” do autocarro que caiu no Douro, depois da derrocada da ponte Hintze Ribeiro, na noite de 4 de março. O presidente da República apelou ao bom senso, ao respeito, no momento em que a viatura fosse encontrada e retirada das águas lamacentas do rio. Por “sorte”, e recorro a esta palavra com ironia e tristeza, eram poucos os corpos (dos 59) que se encontravam aprisionados no autocarro, porque, se este estivesse repleto de cadáveres, tal como muitos suspeitavam, as televisões teriam exibido, em direto, um espetáculo deplorável, digno de insónias, pesadelos e traumas para quem tivesse o televisor ligado.

Com a instantaneidade da “rede”, com a velocidade do “tempo *internet*”, o poder da decisão passa a ser efémero, porque tem de ser imediato. Numas vezes “acerta-se”, noutras poderemos passar a vida a penalizarmo-nos ou a questionarmo-nos sobre a opção “tomada a quente”. Talvez seja necessário pensar mais nos prós e nos contras destas decisões.

No entanto, a rede tem outro poder. Os jornalistas não podem passar um dia sem ter acesso às redes sociais. No meu caso, redatora principal na editoria de política nacional, poderá ser um erro irremediável.

1.3. Redes sociais – a nova fonte de informação

Pode o jornalista passar um dia sem ir ao Facebook *ou ao* Twitter? Só se estiver de férias, sem acesso à *net*, porque mesmo em período de descanso um jornalista nunca consegue, no meu entender, estar afastado da atualidade informativa.

O poder das redes sociais na *internet* tem sido uma descoberta para os políticos. Este não é o tema desta análise, mas não posso passar à margem de alguns factos que revelam a necessidade de o jornalista estar sempre alerta em relação aos conteúdos que “brotam” *online*. Manifestações como a de 15 de setembro de 2012 e a de 2 de março de 2013 são um verdadeiro fenómeno de mobilização nacional a partir de um grupo de pessoas ligadas à *internet*. O protesto “Que se lixe a *Troika!* Queremos as nossas vidas” juntou centenas de milhares de pessoas, cerca de um milhão de portugueses, a 15 de setembro, de forma espontânea, sem pressões sindicais ou políticas, em quarenta cidades do país.¹⁰ Como escreve Daniel Innerarity:



Manifestação de 15 de setembro de 2012.

Imagem retirada de uma reportagem emitida no *Telejornal*, da RTP1.

Os atuais espaços sociais, informes e difusos, cada vez menos governáveis pelos estados, unificados pelos meios de comunicação e percorridos por um processo de globalização que ainda os não articula institucionalmente, são muito vulneráveis às convocações sentimentais. Em todos os países e no espaço global se sucedem os acontecimentos que provocam forte descarga emocional. Quando os espaços políticos não delimitam nem protegem, não há quem detenha a globalização sentimental. A descarga emotiva decorre livremente, sem que nada limite a sua expansão (Innerarity, 2006).

Pelo Mundo fora, há muito que o poder das redes sociais não passa despercebido. Barack Obama é um verdadeiro especialista na “rede”. O presi-

¹⁰ <http://www.facebook.com/#!/pages/Que-se-Lixe-a-Troika-Queremos-as-nossas-Vidas/177929608998626>.

dente norte-americano nunca descurou o peso e a influência das redes sociais para conquistar votos e contactar diretamente (ou melhor, com um monitor como intermediário) com os eleitores. E o leitor, como afirma Maria Augusta Babo, “é integrado e chamado a incorporar-se na obra”, há um “nomadismo, de vagabundagem no texto. A leitura torna-se *zapping*, sempre fruto de uma combinatória diferente” (Babo, 2000). A *internet* é um “um grande mar onde é apaixonante navegar” (Lepri, 1996) e Obama sabe isso. O presidente já publicou quase tudo o que podemos imaginar nas redes sociais. Aliás, parece ter encontrado a estratégia correta para, tal como nas primeiras eleições, reconquistar a Casa Branca.¹¹ Da política à vida pessoal... Publicou no Facebook uma fotografia do casamento com Michelle Obama,¹² a 3 de outubro de 1992, em Chicago. A primeira-dama juntou-se à iniciativa e divulgou algumas fotos de família na conta do Pinterest, uma rede social de partilha de imagens muito popular nos Estados Unidos da América. Por sua vez, Ann Romney, mulher do candidato republicano na corrida à Casa Branca, Mitt Romney, costuma publicar receitas de culinária, imagens da campanha e recomendações de livros nas redes sociais.¹³

Em Portugal, os políticos ainda não são tão arrojados como os norte-americanos, mas já descobriram que um *post* no Facebook pode ser mais eficaz do que dezenas de *outdoors* nas rotundas de norte a sul do país ou do que declarações e *tempos de antena* na televisão em horário nobre. Dois dias depois de ter anunciado mais austeridade ao país, Passos Coelho escreveu uma mensagem no Facebook em jeito de desculpa pelo discurso em direto para todos os portugueses. O Governo decidiu anunciar a alternativa aos cortes dos subsídios de Natal e de férias dos funcionários públicos “chumbados” pelo Tribunal Constitucional (por colocarem em causa o princípio da igualdade e da equidade na distribuição de sacrifícios) numa sexta-feira, 8 de setembro, às 19h20, quarenta minutos antes do jogo Portugal-Luxemburgo (transmitido em direto na RTP1), a contar para a primeira jornada de qualificação para o Mundial 2014, no Brasil. Não terá sido por mera coincidência, mas o *timing* acabou por não atenuar as críticas ao aumento da contribuição para a Segurança Social de todos os trabalhadores de 11 para 18%, às alterações feitas à Taxa Social Única (TSU), assim como à manutenção de um único subsídio para os funcionários públicos, dividido pelos 12 meses de salário. As críticas dispa-

¹¹ <http://www.facebook.com/#!/pages/Re-Elect-President-Barack-Obama-in-2012/243040934978>.

¹² <http://www.facebook.com/#!/michelleobama>.

¹³ <http://www.facebook.com/AnnDRomney>.

raram de todos os setores da sociedade, dividindo o próprio PSD e a coligação com o CDS. Na madrugada de sábado, Passos resolveu enviar uma mensagem aos portugueses através da rede social Facebook, falando aos “amigos como cidadão e pai”. “Fiz um dos discursos mais ingratos que um primeiro-ministro pode fazer – informar os portugueses, que têm enfrentado com tanta coragem e tanta responsabilidade este período tão difícil da nossa história, de que os sacrifícios ainda não terminaram. Não era o que vos gostaria de poder dizer, e sei que não era o que gostariam de ouvir.”¹⁴ A missiva de cinco parágrafos, divulgada depois em todos os órgãos de comunicação social, parece tentar minorar a frieza e o desprendimento dos quais foi acusado, assim como atenuar os efeitos de uma fotografia tirada poucas horas depois do anúncio de mais austeridade, na qual o primeiro-ministro aparece, sorridente, com ar despreocupado, a cantar a conhecida “Nini”, de Paulo de Carvalho, ao lado da mulher Laura, num espetáculo do cantor. Tendo sido revelada pelo *Correio da Manhã*, “uma imagem normal”, torna-se, aos olhos de Estrela Serrano, numa “imagem obscena”, face aos cortes anunciados ao país duas horas antes.¹⁵ Na página oficial de Pedro Passos Coelho, no Facebook, pouco mais de 24 horas depois, havia mais de 32 200 comentários. A esmagadora maioria de desilusão e contestação, com protestos, manifestações e manifestos contra o Governo a proliferarem na rede. O líder do Governo acabou por recuar nas medidas e coube ao ministro das Finanças, Vítor Gaspar, anunciar a “austeridade alternativa”, a 3 de outubro, 12 dias antes da entrega do Orçamento de Estado para 2013 na Assembleia da República.

Passos Coelho e a mulher cantam num espetáculo no Teatro Tivoli, depois de o primeiro-ministro anunciar medidas de austeridade ao país, em setembro de 2012. Fotografia *Correio da Manhã*.



¹⁴ <http://www.facebook.com/#!/pedropassoscoelho>.

¹⁵ <http://vaievem.wordpress.com>.

Foi, exatamente, no Facebook que Passos Coelho, ainda líder da oposição, comentou o acordo conseguido entre Eduardo Catroga (PSD) e o então ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sobre o Orçamento de Estado para 2011. Em finais de outubro de 2010 era tão invulgar este tipo de comentários de teor político e noticioso na *internet*, que só a TSF e a RTP é que se aperceberam do *post* escrito na página oficial de Pedro Passos Coelho¹⁶ a tempo de ser divulgado no principal noticiário do dia, às 20h00. A SIC, a TVI e outros órgãos de comunicação social acabaram por ir “atrás” da notícia nos serviços informativos seguintes. Em dois anos tudo mudou e não há dia que passe no qual os jornalistas não visitem as páginas oficiais dos principais líderes e dirigentes políticos na *internet*. Passou a ser uma nova fonte de informação, tal como passou a ser uma nova forma de comunicar. Para os políticos e respetivos assessores, conquistar o eleitorado está à distância de um teclado, um monitor e uma ligação à *internet*. Querem estar onde estão os eleitores. Cavaco Silva, tal como outros dirigentes políticos e figuras públicas, conhece os “sabores e dissabores” das redes sociais. O presidente da República utilizou a página oficial no Facebook para se dirigir diretamente aos eleitores, deixar desabaços, antes de se recandidatar ao segundo mandato em Belém, revelando “muita apreensão” com o desprestígio da classe política e a “impaciência” com que os cidadãos assistem a alguns debates.¹⁷ Cavaco Silva deixou recados à *Troika*, desafiou o Banco Central pela página que possui no Facebook,¹⁸ mas também foi “atacado” por centenas e centenas de comentários depreciativos depois de uma resposta aos jornalistas. O chefe de Estado disse para os microfones dos *media* que “a reforma não vai chegar para pagar as despesas”. As respostas não se fizeram esperar e inundaram a *internet*. “Venho aqui oferecer uma esmola para peúgas; não queremos um presidente com meias rotas.” “O Sr. PR não ganha 1300 euros, ganha cerca de 10 000 mensais. Tenha vergonha.”¹⁹ Duas centenas, talvez milhares, de mensagens que acabaram por marcar a história recente portuguesa. Nunca uma figura de Estado, e, neste caso específico, a mais importante, a primeira, foi tão humilhada, gozada, criticada como Cavaco Silva, graças ao “poder viral” do ciberespaço, em geral, e das redes sociais, em particular. A vontade de fazer o melhor humor junto dos “amigos”,

¹⁶ <http://www.facebook.com/#!/pedropassoscoelho>, 31 de outubro de 2010. “Não ficámos com um bom Orçamento, mas demos a volta a alguns dos seus aspetos mais gravosos para as famílias e empresas.”

¹⁷ <http://www.facebook.com/#!/CavacoSilva>, 2 de novembro de 2010. “Vejo com muita apreensão o desprestígio da classe política e a impaciência com que os cidadãos assistem a alguns debates.”

¹⁸ 9 de agosto de 2012, “E porque não o BCE começar a aplicar já aos títulos da dívida pública da Irlanda e de Portugal a orientação anunciada pelo seu presidente?”

¹⁹ 20 de janeiro de 2012.

associado ao conceito-base de partilha das redes sociais, o referido “poder viral”, motiva inconscientemente os indivíduos a alimentarem um acontecimento através de desenhos, *cartoons*, fotomontagens, textos, sátiras de todo o género, e a mantê-lo atual muito para além daquilo que seria expectável, alastrando a toda a *Word Wide Web* e, conseqüentemente, a todos os jornais e peças jornalísticas de rádio e televisão durante vários dias.

Francisco Louçã, dirigente histórico e porta-voz do Bloco de Esquerda, anunciou que não se recandidatava à liderança do partido através de uma “Carta aos ativistas e ao povo do Bloco” na página oficial do Facebook.²⁰ Poucos minutos depois, sucediam-se dezenas de reações.

De dimensão menor, mas de igual relevância para o estudo da comunicação nas redes sociais, há casos como o de António Branco. O presidente da Câmara de Mirandela recebe os munícipes pelo Facebook. Trata-se do novo atendimento ao público do líder da autarquia. “A resposta é pública e vincula. A informação é mais dispersa”, justifica o edil. A iniciativa “Diálogos abertos” repete-se de quinze em quinze dias, às sextas-feiras.²¹

Como escreve Manuel Castells, “a sociedade em rede é a estrutura social dominante do planeta, a que vai absorvendo pouco a pouco as outras formas de ser e de existir (Castells, 2005).

A 4 de outubro de 2012, o Facebook ultrapassou os mil milhões de utilizadores ativos em todo mundo. A notícia foi dada pelo fundador da rede social através de um comunicado. “Esta manhã, há mais de mil milhões de usuários ativos a utilizar o Facebook”, escreveu Zuckerberg.

Obrigado por nos darem, a mim e à minha pequena equipa, o prazer de servi-los. Ajudar na ligação de mil milhões de pessoas é incrível, uma lição de humildade e, de longe, a coisa da qual mais me orgulho na minha vida (LUSA 15091859).²²

Publicam-se mais de dois mil milhões de fotos e 14 milhões de vídeos por mês. Os políticos de todo o mundo não ignoram que, tal como o fundador da rede social afirma, “se o Facebook fosse um país estaria entre os cinco mais populosos do Mundo, à frente do Japão, da Rússia, do Brasil e da Nigéria”(Faerman, 2011).

Poderia alongar-me nos exemplos e citações desta nova forma de comunicar e fazer comunicação, mas não poderia passar à margem da realidade

²⁰ <http://www.facebook.com/#!/francisco.louca.3>.

²¹ <https://www.facebook.com/antonio Branco.municipiomirandela.5>.

²² Telex 132 LUSA 15091859, “Facebook ultrapassa os mil milhões de utilizadores em todo o mundo”.

dos “velhos” e novos internautas, porque a *internet* influencia o objeto essencial deste estudo. Voltemos a ele.



O massacre de Santa Cruz, em novembro de 1991. Fotografia de Max Stahl.

2. SOU JORNALISTA, MAS HUMANA? SOU JORNALISTA, LOGO HUMANA.

Max Stahl revelou ao planeta os horrores da invasão e da ocupação de Timor Leste por parte da Indonésia. Há dezasseis anos que a força de Suharto se fazia sentir no território, com milhares de mortos contabilizados, entre eles jornalistas (como aconteceu com 5 repórteres ao serviço de duas televisões australianas. Um episódio retratado no filme *Balibo*). Se o fotojornalista não estivesse no cemitério de Santa Cruz naquele fatídico 12 de novembro de 1991, o Mundo não teria aberto os olhos para o destino do povo timorense. Max Stahl filmou os disparos, os mortos e os feridos. Auxiliou Levy Bucker Corte-Real, hoje com quase 40 anos, que ficou gravemente ferido e foi abraçado por Stahl durante minutos que julgou serem os últimos de uma vida de apenas 17 anos.²³ As imagens de Levy correram o Mundo à velocidade com a qual se formaram movimentos de solidariedade. Alguns anos depois, veio para Portugal, onde permanece. Estuda em Coimbra, mas pretende regressar ao território. Do fotojornalista Max Stahl guarda as melhores recordações. Graças a ele e aos repórteres que se seguiram começou o fim de um genocídio silencioso. Foram necessários anos e anos de manifestações, de uma luta política e diplomática sem precedentes em Portugal, para o povo de Timor Leste conseguir o direito à autodeterminação, à independência. Max Stahl nunca mais deixou Timor. A independência chegou à meia-noite de 20 de maio de 2002. A

²³ Entrevista a Levy Bucker Corte-Real, para o programa “Timor-Leste, um país, uma década”, exibido a 18 de maio na RTP1. De e com apresentação de Daniela Santiago, imagem de João Martins e edição de António Nunes.

dedicação e o amor pela causa timorense, por aquela terra, aqueles cheiros, aquela luta... só terminam com a morte de Max.

Fazer jornalismo é, no meu entender, pensar a profissão, estudar o momento, o passado e o futuro, sempre com a consciência de que vivemos novos tempos, mais mediáticos, muito mais instantâneos e fugazes. Como questiona Mário Mesquita:

Neste novo ambiente, o jornalista deve continuar a preferir a atitude distanciada, isenta, desapaixonada, à semelhança do cientista social ou do historiador? Ou deve tomar como referência a conduta intuitiva, emocional, artística do escritor ou do artista plástico? O balanceamento entre o paradigma da literatura e das artes e o modelo das ciências sociais, enquanto longínquas referências legitimadoras, caracteriza o jornalismo (Mesquita, 2004).

Um ano antes da independência dos timorenses, Portugal vivera um *case study* único para o jornalismo nacional. O maior acidente rodoviário que, ainda hoje, o país conheceu, um exemplo único também para a investigação jornalística, e daí a escolha do tema para a minha dissertação de mestrado, iniciada em setembro de 2001.

Passavam dez minutos das nove da noite, quando a centenária Hintze Ribeiro se desmoronou, levando com ela cinquenta e nove vidas e o anonimato ao qual Castelo de Paiva esteve votado durante décadas a fio. Portugal mergulhou em dias dramáticos, semanas de luto e *suspense*. Na sociedade portuguesa, entre muitas discussões, emergiu a polémica em torno do papel dos jornalistas, o desempenho dos *media*, em especial da rainha da imagem, daquela que nos dá a notícia, “uma janela para o Mundo” (Tuchman, 1983), tal como a definiu a socióloga britânica Gaye Tuchman.

Muito se escreveu sobre a cobertura mediática, as imagens que “assaltavam o olhar” dos telespetadores. Correram rios de tinta nos jornais, tantos como a água que teimava em não parar de cair do céu, enfurecendo ainda mais o Douro e dificultando as buscas dos corpos das vítimas.

2.1. O reconforto da Televisão

“Entre-os-Rios” foi um marco para o mundo jornalístico em Portugal. Foi, igualmente, um marco no que diz respeito ao trabalho dos profissionais da comunicação, assim como à falta de respeito pelo mesmo. Concordo com o facto de terem sido cometidos muitos exageros. Não nego que tenha havido “vampirismo comercial” (Sontag, 2003), recorrendo ao termo de Susan Sontag, um aproveitamento quase sanguinário da “desgraça alheia” por parte de alguns *media* em benefício de melhores audiências, maiores tiragens. Não

contrário aqueles que sublinharam casos de mau jornalismo, inexperiência, falta de rigor e sensibilidade. No entanto, desde o início da minha investigação “O reconforto da televisão. Uma visão diferente sobre Entre-os-Rios” (Santiago, 2006a), desde o momento em que decidi enveredar pelo tema, como investigadora e como jornalista (que sou há quase vinte anos, pele que não consigo despir e entendo não dever fazê-lo) sempre tive a percepção de que a comunicação social – neste caso específico, a Televisão – pode exercer um papel fundamental numa sociedade na qual a solidão, o abandono, a insegurança crescem a cada dia que passa, a cada “virar de esquina”, na porta ao lado da nossa.



Ponte Hintze Ribeiro, março de 2001.
Fotografia de Luiz Carvalho.

Neste estudo, debruçei-me sobre o “reconforto” que a Televisão – ou seja, o trabalho dos profissionais da comunicação – pode oferecer em situações como a de “Entre-os-Rios”: traumáticas, inesperadas, trágicas. Entendamos o conceito de “reconforto” como a capacidade que o indivíduo cria, ou tem, à mercê de estímulos exteriores, para “expressar” as emoções, fazendo-o sentir-se melhor, assim como a sensação de acompanhamento sentimental, material, numa situação traumática, trágica, “ameaçadora de vida”. Sendo assim, o “reconforto da Televisão” deve ser entendido como a função do pequeno ecrã em construir/produzir esse mesmo reconforto. Uma função quase “securizante”, termo muito utilizado no mundo da Psicologia. Antes de muitos paivenses terem consciência da desgraça que tinha acabado de acontecer naquela noite, começaram a chegar viaturas de reportagem, carros de exterior com antenas satélite, jornalistas, câmaras, holofotes, políticos, dezenas de estranhos e tantas outras caras que os populares, por ali, só conheciam da televisão. A operação mediática instalou-se e desmobilizou-se muitas semanas depois. Afinal, para que contribuiu toda aquela “atenção”, todo aquele



mediatismo, para uma população do interior desertificado? Não é, mas é como se fosse. Os 30 quilómetros que separam Castelo de Paiva do Porto mais pareciam 300, graças às curvas e aos buracos existentes numa estrada que se assemelhava a um terreno bombardeado. Terá a população de Entre-os-Rios beneficiado com a cobertura mediática dos canais de televisão? Terá sentido mais apoio, mais segurança? Um maior controlo da situação? Mais “carinho” graças ao sentimento de luto nacional que se gerou? Formulei todas estas questões no início do estudo, voltei a repeti-las, e repito-as, vezes sem conta, ao longo da minha vida profissional e académica, sempre que me deparo com situações semelhantes. Especificamente, no caso da queda da ponte Hintze Ribeiro, depois de duas dezenas de entrevistas, onze delas realizadas à beira do Douro, lado a lado com o local do acidente (importa dizer que povoações como Raiva e Sardoura nasceram viradas para o rio e, das janelas, a paisagem, que era apenas bela, passou a ser inquietante). Após a análise de conteúdo a todos os jornais e revistas que saíram naquele mês de março (2001) e à semana de noticiários de horário nobre da RTP e da TVI a seguir ao acidente, de forma a analisar como é que o *Telejornal* e o *Jornal Nacional* trataram o acontecimento, acabei por concluir algo que, há muitos anos, parece não levantar dúvidas no campo da Psicologia. Grande parte – diria mesmo que a esmagadora maioria – dos familiares das cinquenta e nove vítimas que entrevistei declarou sentir-se reconfortada com a presença e o trabalho dos jornalistas, dos repórteres de imagem, das televisões, no local do acidente.

As sequelas dos acontecimentos traumáticos são, na maior parte das vezes, intensas e particularmente perturbadoras. Na tragédia de Entre-os-Rios, nos atentados de 11 de setembro (EUA, 2001), de 11 de março (Madrid, 2004), no *tsunami* no Sudeste Asiático (26 de dezembro de 2004), no sismo no Haiti (12 de janeiro de 2010), no terramoto seguido de *tsunami* no Japão (11 de março de 2011), os efeitos são semelhantes. Podem desenvolver-se problemas em casa, no seio familiar e profissional, com proporções que poderão ser dramáticas. O acidente e a catástrofe assumem, acima de tudo a imprevisibilidade que acentua os medos do ser humano: “É absurdo, um ponto e é tudo. É sabotagem. Um demónio maligno lá está para fazer que esta formidável máquina se

avarie sempre” (Baudrillard, 1997). De acordo com várias investigações, quem passa por uma situação ameaçadora de vida, ou por uma situação traumática, de perda, ainda mais sem poder realizar o luto (como aconteceu em todos os casos acima relatados, com corpos perdidos para sempre), possui um risco elevado de desenvolver de modo crónico uma perturbação emocional.

A omnipresença da catástrofe e o sentimento de que a calamidade está sempre iminente, fazem parte da percepção que o ser humano tem do seu lugar na vida e na terra (...); dá-se conta (...) de que é finito, inacabado, imperfeito e mortal e de que, apesar disso, continuará a cumprir, teimosa e abnegadamente, em cada dia que passa, o ritual de estar vivo, mesmo quando isso, numa visão paroxística, pode representar para ele a mais insuportável das tragédias (Baudrillard, 1997). Por sua vez, a passagem repetida pelo acontecimento, o facto de poder falar, desabafar sobre situações difíceis, aumenta a confiança, o sentimento de auto-eficácia do indivíduo, de “controlo percebido” da situação. Ajuda a ultrapassar o trauma, a “sara feridas” físicas e psicológicas. As investigações de James Pennebaker, nos Estados Unidos da América, refletidas na obra *Opening Up*, em 1997, revelam a importância de “escrever ou falar de forma a prevenir a doença”. De acordo com a minha investigação, foi isso mesmo que aconteceu com a presença dos jornalistas em Castelo de Paiva, com a projeção mediática do acidente. O mesmo constatei, *in loco*, no Sri Lanka, quando permaneci na pérola do Índico, ao longo de quase três semanas, para reportar os efeitos do *tsunami* que varreu o Sudeste Asiático um dia depois do Natal de 2004. Duas semanas depois da tragédia que lavrou a vida a 40 mil pessoas no litoral, os



Várias imagens do programa *Grande Reportagem*, da RTP, 11 de Setembro – 10 anos depois, emitido em setembro de 2011.

professores regressaram às escolas, ou ao que delas sobrava. Retomaram as aulas e começaram por pedir aos alunos que falassem, escrevessem ou desenhassem acerca daquilo que tinham visto. Centenas de psicólogos, cingaleses, indianos, maldivos, percorriam o terreno em busca de vítimas, sobreviventes para fazer a catarse, o “reprocessamento da memória” do que tinham visto, sentido, cheirado... das perdas, dos medos, dos sonhos perdidos. Foi isso mesmo que fez Artur Sanhudo, bombeiro de Nova Jérсия, que participou nas operações de resgate às Torres Gémeas nos atentados do 11 de setembro. Entrevistei-o precisamente dez anos depois em Nova Iorque, junto ao memorial que ocupa agora o exato espaço das Torres Gémeas. Encaminhei-o até lá. Numa década, foi a terceira vez que Artur regressou ao local. Confessa que “tem medo das memórias”, dos fantasmas... Ainda hoje sente falta de falar sobre o que aconteceu, de o recordar, de o “reprocessar”. Reconhece que o trabalho dos jornalistas o ajudou a desabafar, honrando e recordando a vida dos 343 bombeiros que morreram no *Ground Zero*.

Gougenheim e Hérouville escreveram que a Televisão “é uma grande família no seio da qual toda a gente se trata por tu e pelo primeiro nome” (Gougenheim, 2003). Traduz a proximidade que se estabelece entre os telespetadores e quem fala, quem se senta do “lado de lá” das câmaras, seja jornalista, apresentador, figura pública ou um entrevistado anónimo. “Quebra-se o gelo” com facilidade. A imagem invade a sala de estar, o quarto e a intimidade. Ao mesmo tempo, criam-se laços de afinidade com estranhos que, ao fim de pouco tempo, deixam de o ser.

Ainda hoje as amizades continuam. No Sri Lanka, em Nova Iorque ou em Castelo de Paiva. Muitos familiares de vítimas da derrocada da Hintze Ribeiro mantêm laços fortes de carinho e respeito com jornalistas, repórteres de imagem e editores que passaram pelo concelho em março de 2001. Alguns já os conheciam da televisão. Outros ficaram a conhecê-los graças às muitas entrevistas que deram, às conversas atrás das câmaras, aos pedidos de informações e de novidades sobre os trabalhos em curso, as operações, os mergulhos.

2.2. O “reconforto emocional”

Na minha investigação (Santiago, 2006a), identifiquei quatro formas distintas de “reconforto gerado pela Televisão”, que, por sua vez, foram reveladas isoladamente, por um único indivíduo, ou em grupo. São elas: o “reconforto emocional/da atenção” ou “por confissão”; o “reconforto por reparação

moral”; o “reconforto por distração” e o “reconforto material”. Não querendo ser fastidiosa, descreverei sem pormenores cada uma delas. O “reconforto emocional” pode ser entendido a partir do ponto de vista da Psicologia Coletiva. Em termos individuais, em qualquer situação de catástrofe, ameaçadora de vida, a capacidade que o indivíduo tem, ou que lhe é proporcionada, de exprimir as emoções é algo que o faz sentir-se melhor, que traduz o conceito de reconforto. Para além de sentirem o luto nacional, a solidariedade de todo o país, alguns familiares das cinquenta e nove vítimas, aqueles que quiseram, tiveram oportunidade de desabafar, de partilhar os receios e os medos e de compreendê-los melhor, tentando ultrapassá-los pelo simples facto de falarem e de ouvirem falar deles. Tiveram a oportunidade de “ventilar as emoções”, tal como se diz tecnicamente na Psicologia. Sem saber, os jornalistas estavam a exercer um efeito terapêutico. Como explica Graham Music, “a dor não pode ser evitada sem custos ao longo da existência, devendo ser enfrentada (...) Desse modo a vida torna-se mais rica” (Music, 2002).

Dentro deste conceito de “reconforto emocional” distingo duas vertentes que o alimentam: a “repetição” e a “confissão”. A “repetição” consiste no conceito estudado pelos psicólogos como o “reprocessamento da memória”. Consiste na repetição exaustiva do acontecimento traumático, vezes sem conta, até este deixar de ter tanto impacto. O que leva a uma melhoria é quase uma “terapia por aborrecimento”. Ao fim de várias repetições, graças a um “reprocessamento” da(s) vivência(s)/experiência(s), a emocionalidade vai diminuindo, transformando o acontecimento numa realidade com a qual é mais fácil conviver no dia a dia e que é mais fácil de aceitar e, até mesmo, em alguns casos, de ultrapassar. Quanto à “confissão” baseia-se no facto de os familiares das vítimas falarem para os microfones, para os gravadores ou *off-the-record*, à semelhança do que sucede na confissão religiosa, nos desabafos na terapia, nos “grupos de suporte” ou em reuniões de entreajuda. Independentemente do credo religioso, seja para um padre, seja para um desconhecido num táxi, num banco de autocarro ou num avião... a hipótese de o indivíduo poder confessar o que lhe vai na alma, o que o consome, as mágoas, a tristeza, a revolta, é um ato poderoso na perspectiva da Antropologia da Saúde. Algo bastante positivo para a própria saúde física, tal como para a sanidade mental. Estudos norte-americanos revelam que até mesmo o sistema imunitário pode sair beneficiado, reforçado.

2.2.1. O “reconforto” na internet

Hoje em dia, é muito frequente encontrar na *internet* “cartas”, “mensagens”, monólogos em discurso direto... para alguém que já partiu. O “remetente” sabe que o destinatário morreu; no entanto, liberta saudades, emoções reprimidas, palavras, abraços e carinhos que ficaram por oferecer. E fá-lo publicamente, aos olhos de todos, para que todos saibam. É a catarse, tal como Aristóteles a definiu, “a purificação da alma” através de uma descarga emocional provocada por um drama. Trata-se, na verdade, do poder da “confissão” referido acima. Pode ser para um papel, para um amigo, para um jornalista, para uma rede social. A confissão está lá e há alguém a ouvir/ler essas palavras. O impacto da mensagem pode não ser importante (se há milhões de telespectadores a ver e a ouvir ou internautas a ler); fulcral é o ato de libertação e a crença de que o destinatário estará a ouvir.

2.3. O “RECONFORTO POR REPARAÇÃO MORAL”

O “reconforto por reparação moral” está relacionado com a sensação de “controlo percebido”, outra noção da psicologia. A sensação subjetiva do indivíduo ao sentir que os seus sentimentos foram reparados ou que conseguiu dizer ao mundo como foi maltratado, ignorado, tem mais peso emocional. Os familiares das vítimas de Entre-os-Rios tiveram a sensação subjetiva de que, de algum modo, alguém teria de fazer alguma coisa para reparar o sucedido. Uma reparação moral e emocional em relação às perdas que sofreram, de “fazer justiça”, de sentirem uma autoridade que não teriam de outra maneira. Pessoas que sempre sentiram desprezo, sempre se sentiram esquecidas pelo poder central. Finalmente, o povo de Castelo de Paiva parecia ganhar o direito a receber atenção, a dizer ao mundo que existia. Sandra Sá Couto, jornalista da RTP, revela em entrevista que “quando tomaram consciência do pequeno grande poder que tinham nas mãos, utilizaram, como podiam, a comunicação social” (Santiago, 2006a). Até mesmo para pressionar os operacionais, os políticos, a não abandonar as buscas, quando já era quase certo que nada aconteceria. Sabiam que o podiam fazer porque tinham as televisões ao lado. Diminuiu inquietações, reduziu incertezas.

2.4. O “reconforto por distração”

A quantidade de meios, jornalistas, políticos, bombeiros e “vedetas” da televisão era tal, que acabou por desviar a atenção, mesmo durante breves minutos, de alguns familiares para aspetos menos deprimentes, menos dolorosos do que aqueles que o destino, a realidade sem filtros, lhes tinha reservado.

2.5. O “reconforto material”

Finalmente, aquele que menos terá ajudado a minorar o sofrimento dos familiares das vítimas. No entanto, o processo rápido de pagamento das indenizações, a construção de duas pontes em tempo recorde e a melhoria das acessibilidades também terão contribuído para que, de alguma forma, as famílias sentissem uma “reparação pelos danos que sofreram”. As vidas não se pagam. A vida não tem preço. Ao falar em “reparação por dano moral” não me refiro às perdas; no entanto, nas entrevistas que realizei no concelho, as alterações muitas vezes apontadas como melhorias na região foram amplamente focadas. Como escreveu William Shakespeare em *Ricardo II*: “Enxugue os seus olhos, as lágrimas expressam amor, mas querem alívio”.

Quando defendi a minha dissertação de mestrado, em julho de 2004, lancei um repto, um desafio quanto a uma possível realidade. As pessoas que falaram mais em março de 2001, nos dias e meses seguintes à tragédia, e que dois anos e meio depois, por coincidência, também acederam a falar comigo, terão vivido e estarão em melhor condição física e psicológica do que aqueles que nunca falaram, que se fecharam em casa. Sem ter investigado esta hipótese, congratulo-me, no entanto, por ter conseguido abrir uma nova perspetiva, uma visão diferente, no estudo dos efeitos dos *media*, especificamente na projeção mediática em situações de tragédia. Só lamento que não existam mais jornalistas investigadores do fenómeno da comunicação. No meu entender, aliar a investigação às experiências diárias do jornalismo (no terreno, entenda-se, e não de secretária e telemóvel) poderia dignificar e credibilizar uma profissão que atravessa correntes difíceis.

3. JORNALISTA PROFISSIONAL VS. JORNALISTA CIDADÃO

Investigar como académica o “impacto”, os efeitos, da projeção mediática em situação de tragédia enriqueceu-me como jornalista. Como jornalista **“militante”, comprometida** com os cidadãos, com uma **sólida relação com a verdade**. Uma “jornalista de causas”. Não me revejo no jornalismo de distanciação, e assumo-o. Exige-se profissionalismo, respeito, mas também compreensão. Quantas vezes fui confidente antes de pegar no microfone? Quantas vezes fiquei à conversa com o(s) entrevistado(s) no fim de um direto, de uma reportagem? De quantos fiquei/



sou amiga? De quantos entrevistados me lembro frequentemente? Quantas vezes chorei, para reduzir a emotividade, antes de um direto? Só no Sri Lanka foram algumas vezes. Uma delas foi no último dia de 2004. A 31 de dezembro entrevistei uma mulher que não conseguiu “agarrar” os dois filhos quando a segunda onda (*tsunami*) varreu a zona onde vivia. Em Katukurunda, a cerca de 20 quilómetros a sul de Colombo, aquela jovem mãe, bem mais nova do que eu (na época tinha 30 anos), chorava por não ter tido força nos braços para segurar a filha de 6 anos e o bebé de 18 meses. A menina estava ao lado dela, junto aos escombros, ao que tinha sobrado da habitação, mas o bebé só aparecia na fotografia amarrotada, empurrada contra o peito. Sorria, ao colo da mãe, a olhar para a irmã. Eu tinha dormido três horas, a diferença horária a isso obrigava. Sem comida, rodeada de sofrimento, morte, dor... Horas depois, quando cheguei a hora do direto, tive de “aliviar” a carga emocional que sentia. Se começasse a falar, tal como estava, iria, decerto, ficar com a voz embargada, iria notar-se “no ar”. Quando cheguei a Portugal, depois de dezenas de histórias de dor e vidas destroçadas, mas também de esperança, coragem e reconstrução, fiz a minha própria catarse. Tal como tinha estudado e investigado para a dissertação de mestrado. Escrevi um diário de viagem, a perspetiva da Daniela Santiago Mulher, para além da experiência da Daniela Santiago Jornalista [Santiago, 2005]. Desmistifiquei o trabalho no terreno. Em *Inferno no Paraíso, 15 Dias no Sri Lanka Depois do Tsunami*, tentei explicar como tudo se passa e como somos de carne e osso e nunca estamos preparados para enfrentar este tipo de situações. Vi o inferno em terra. Quem disser que isso não nos muda, está a mentir ou, pura e simplesmente, nem consegue imaginar o que é sair do conforto da secretária. Não tenho qualquer vergonha em assumi-lo e isso não faz de mim menos profissional, menos repórter.

Confesso: na grande reportagem que efetuei sobre negligência médica durante o parto, *Condenados à Nascimento*,²⁴ senti revolta. Na República Democrática do Congo, em plena floresta tropical, a mais de 30 horas da civilização, quando soube que tinha morrido uma mulher grávida e que estavam a “separar” o feto para o enterrar afastado do corpo da mãe, fiquei agoniada. Quando no dia seguinte me explicaram que, sempre que nascem gémeos, matam um – porque os congolese naquela região acreditam no facto de só poder sobreviver um bebé, e não dois iguais –, senti repulsa, repugnância.²⁵

²⁴ *Condenados à Nascimento*, grande reportagem emitida em março de 2007 na RTP1. De Daniela Santiago, com imagem de Pedro Raposinho e edição de Paulo Nunes.

²⁵ *O Sangue da Floresta*, grande reportagem emitida em outubro de 2008 na RTP1. De Daniela Santiago, com imagem de Rui Rodrigues e edição de Alexandre Leandro.

Mario Vargas Llosa, Nobel da Literatura em 2010, mas também jornalista, descreve esta prática macabra no Congo belga em inícios do século XX na obra *O Sonho do Celta* (Vargas Llosa, 2010). No Sahel, com crianças ao colo vítimas de subnutrição severa, penalizei-me pela impotência de nada poder fazer... Perguntar-me-ão: “Isso refletiu-se no trabalho? Quebrou o elo de confiança, o compromisso de verdade, o profissionalismo que é exigido a um jornalista?” Considero, em plena consciência, que não. Entendo que exerci o meu direito de informar o melhor que consegui e que isso foi possível. Estes desabafos nunca saíram “para o ar”, mas isso não significa que não tenha sentido, vivido, refletido...que não tenha crescido com eles.

Como explica José Gomes Ferreira: “Antes de ser jornalista sou cidadão”. O jornalista da SIC, que tem uma página de fãs no Facebook diz não ter dúvidas de que “a liberdade de falar nas coisas é perçecionada pelo espectador, tal como é perçecionado o facto de o jornalista transportar o seu sentimento enquanto cidadão para depois colocar perguntas e fazer afirmações em antena”. O comentador de temas económicos confessa que antes de falar pensa sempre “que pergunta fará quem está sentado no sofá em casa”. E considera: “Por outro lado, enquanto entrevistado, coloco-me no papel do cidadão que tem de pagar impostos para um bolo cujo gasto não tem sido o melhor. E aí indigno-me”. Para reforçar o direito a sentir o que os “outros” sentem, remata: “Às vezes, os meus colegas dizem que me exalto de mais e eu respondo-lhes que antes de ser jornalista sou cidadão” (jornal *Sol*, 22/06/2012).



José Gomes Ferreira.
Fotografia da *Notícias TV*,
Diário de Notícias em julho
de 2012.

Esta é uma realidade transversal a todos os jornalistas, sejam eles jornalistas redatores, repórteres de imagem, editores ou fotojornalistas. Em 2006, muitos dos profissionais que cobriram o conflito no Líbano “reivindicaram o direito às emoções. Na 18.^a edição do Festival Visa Pour l’Image, em Perpignan (França), um certame internacional de fotojornalismo, profissionais

galardoados pelo trabalho em todo o mundo exigiram o direito a um “jornalismo que tem uma opinião, uma emoção e sentimentos”. O fotógrafo belga Bruno Stevens, da agência Cosmo assume: “Quando vejo um miúdo esmagado pelos escombros de um edifício civil, a 12 horas do cessar-fogo, por motivos políticos, sinto muita raiva”. Stevens recorda esta situação, que fotografou em Beirute, e acrescenta: “É um jornalismo comprometido, mas não é manipulação. O que eu testemunhei foi um crime de guerra? Foi. Tenho vontade de o denunciar? Sim. É manipulação? Não”. Outro fotógrafo mundialmente conhecida *Magnum* reivindica o direito à humanidade e à compaixão para com as vítimas. Garante que “ficaria muito mais aterrorizado com alguém que não participasse, que fosse apenas um observador” (*Público*, 11/09/2006).

Tenho partilhado as experiências vividas com a grande e a média reportagens com o frenesim da política nacional, editoria da qual faço parte há doze anos, na RTP. Convivi, profissionalmente, com dois presidentes da República ao longo dos dois mandatos, vários primeiros-ministros, dezenas de ministros, secretários de Estado, assessores. Fiz “política” com o PS e com o PSD no poder e na oposição. Pisei o Kremlin de Putin, vários palácios presidenciais, entrevistei “ditadores”, filhos de reis, crianças e velhos sem-abrigo. Nunca ninguém soube ou saberá (espero) as minhas preferências políticas e ideológicas, mas é óbvio que elas existem. Tenho direito a “ser” Humana, desde que seja profissional, credível, e mantenha o compromisso com a verdade.

Em Portugal, à semelhança do que se passa nos Estados Unidos da América, há dois anos que o projeto Jornalismo e Sociedade (PJS) tenta atuar na interseção entre comunicação social, prática jornalística e sociedade. Desde o arranque do projeto que tenho o orgulho de fazer parte do conselho consultivo. Inspira-se no *PEW Project for the Excellence in Journalism*, com o objetivo de compreender a performance do jornalismo no contexto português, assim como o impacto da revolução digital em curso na transformação da prática informativa.

De acordo com a Declaração de Intenções Partilhadas do Comité de Jornalistas Preocupados, vamos chamar-lhe assim, “o propósito central do jornalismo consiste em fornecer informações precisas e confiáveis aos cidadãos, o que os ajudará a operar numa sociedade livre”. Nos nove princípios que estão na base do livro *The Elements of Journalism*, de Tom Rosenstiel (diretor do PEJ) e Bill Kovach (presidente do CCJ e conselheiro sénior do PEJ), pode ler-se:

Isso abrange uma miríade de tarefas – ajudar a definir a comunidade, criar uma linguagem e um corpo de conhecimentos comuns, identificar objetivos de uma comunidade, heróis e vilões, e pressionar as pessoas para irem além da complacência. As intenções passam também por outras questões, como o entretenimento, servir como quarto poder e dar voz aos que não a têm.

Sem entrar em detalhes, não posso deixar de enunciar os nove princípios que acabam por integrar uma teoria do jornalismo para os autores referidos acima. São eles:

A primeira obrigação do jornalismo é a verdade; a primeira lealdade é para com os cidadãos; a sua essência é uma disciplina de verificação; os jornalistas devem manter a independência relativamente aos alvos de cobertura jornalística; o jornalismo deve vigiar o poder de forma independente; deve proporcionar um fórum para a crítica e o compromisso públicos; deve esforçar-se para tornar interessante e relevante o que é significativo; deve produzir notícias aprofundadas e proporcionais; e, finalmente, os jornalistas devem ter permissão para expressar a sua consciência pessoal – uma “bússola moral”. “Todo o jornalista deve ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade (...) as organizações noticiosas devem nutrir independência, incentivando as pessoas a dizer aquilo que pensam. Isso estimula a diversidade intelectual necessária para compreender e cobrir de forma precisa uma sociedade cada vez mais diversificada. Os cidadãos também têm direitos e responsabilidade no que diz respeito à informação noticiosa.”²⁶



Fialho de Almeida, numa caricatura de Vasco.

No meu entender, pior do que assumir emoções (sem afetar a precisão, o relato justo e confiável dos acontecimentos) é ser uma jornalista verdadeiramente “desinteressada por jornalismo”. Aqueles que procuram um escândalo, um caso cor-de-rosa, um morto para fazer uma notícia. É verdade, há jornalistas que telefonam para as assessorias de imprensa das autoridades (GNR, PSP, Polícia Marítima) “à procura de um morto, pelo menos para fazer

²⁶ <http://www.journalism.org>.

notícia”. Neste caso não revelarei fontes, sou jornalista. É curioso, em 1889, há 124 anos, Fialho de Almeida já temia pelo futuro do jornalismo. O escritor de Vila de Frades, que se dedicou ao jornalismo devido às dificuldades financeiras, escrevia assim:

Compreende-se o jornalismo em França ou em Inglaterra, onde quase tudo o que há de instruído, de liberal, de inteligente, nos três quartos da nação, existe ali (...) Da imprensa deriva toda a espécie de incentivo e de energia fecunda e transformável, que depois vai propulsar em todos os distritos gerais da atividade, moral e ciência, indústria e arte, política e religião. (...) Falem-me agora da ação da imprensa em Portugal, nos últimos anos (...) Quanto aos jornalistas, deem-me seis que tenham passado a vida a defender os interesses do povo, sem fazer da redação elevador para uma aposentadoria; deem-me quatro onde eu escolha um grande homem de letras, ou simplesmente um grande homem de espírito (Almeida, 2009).

Fialho de Almeida bem poderia estar a referir-se aos “Palma Cavalão”, de Eça de Queirós. São contemporâneos.... E tanto as críticas de Fialho como a caricatura de Eça se terão baseado nas mesmas figuras... O proprietário e redator do jornal *A Corneta do Diabo*, em *Os Maias*,²⁷ é o símbolo do jornalista corrupto, que facilmente se compra com dinheiro. Sem caráter, publica artigos injuriosos desde que lhe paguem.

Os exemplos poderiam ser quase infinitos. Todos os dias nos deparamos com casos de artigos de opinião, notícias, *pivots* de jornalistas ditos seniores que recorrem ao poder que possuem, e utilizam-no, para vinganças pessoais ou, pura e simplesmente, se me permitem a expressão, para “ser a voz do dono”. No entanto, vou referir apenas dois. Um relativo a um jornalista. Outro a um reputado advogado que tem uma coluna de opinião semanal no jornal *I*. A 18 de agosto de 2012, um advogado português, que não vou identificar porque tal não é relevante, escreveu o artigo “Verão azul” (e o diretor do jornal permitiu-o, publicando-o) para se vingar da GNR, que o tinha multado em Porto Covo. Ora, o advogado, que escreve ao sábado, não gostou se ser autuado por conduzir sem cinto de segurança e, por isso, divagou ao longo de todo o texto, recorrendo furiosamente a todos os caracteres permitidos para responder ao auto da GNR, para não dizer novamente “vingar-se” de “quatro fardas, duas mais desbotadas do que as outras, mas todas dando ao verão um celeste tom de azul”.²⁸

Mário Crespo é o exemplo que se segue. Poderia recorrer a muitos episódios relacionados com José Sócrates, com uma *t-shirt* ou documentos dis-

²⁷ Publicado em livro, pela primeira vez, em junho de 1888.

²⁸ “Verão azul”, por Rui Patrício, in jornal *I*, 18/08/2012.

tribuídos numa comissão de inquérito parlamentar; contudo, prefiro falar da RTP. Ora, o jornalista da SIC, que fez carreira na RTP (foi correspondente do canal de serviço público em Washington), terminou o *Jornal das Nove* (que apresenta na SIC Notícias) várias vezes, no espaço de duas semanas, com o “apontamento jornalístico” de que faltavam poucas horas para o fim do dia, altura quem que a RTP teria custado “mais um milhão de euros aos portugueses”. Para além da falta de respeito pelos colegas de profissão, pela ausência de ética e profissionalismo, pelo desrespeito pelos convidados dos debates que se encontravam em estúdio, há principalmente a registar uma grande falta de honestidade em relação aos telespectadores, que, à espera de serem informados, são induzidos em erro.



Mário Crespo no Parlamento, fevereiro de 2010. Fotografia *Lusa*.

O valor que alguém honestamente pode dar como oficial sobre os custos de funcionamento da RTP são os constantes no relatório e contas de 2011 e são os seguintes: Publicidade e outros Comerciais, 77 milhões de euros, aos quais se juntam 240,1 milhões de fundos públicos (89 milhões de indemnização compensatória mais 151,1 milhões de contribuição audiovisual).²⁹

Os maus exemplos sucedem-se todos os dias. Veja-se o caso Baptista da Silva. Um indivíduo que consegue enganar meio mundo e que prova que cada vez menos se confirma informação ou se cruzam dados. Andamos todos atrás uns dos outros...

O caso da carne de vaca com vestígios de carne de cavalo levou a uma humilhação pública para a revista *Sábado*. A cadeia de restaurantes H3, uma empresa portuguesa, espalhada pelas grandes superfícies de todo o país, distribuiu a cada um dos clientes uma folha de papel A4, promocional, em que classifica de “burros” os jornalistas da revista por, ao receberem informações, irem pelo lado mais fácil... e que vende mais.

²⁹ Comunicado n.º 3 do SINTTAV (Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual) de setembro de 2012.

4. EM RESUMO

“It is my belief that one hears a witness becomes a witness in turn”. A convicção de Elie Wiesel³⁰ acompanha-me desde o primeiro instante em que a ouvi.

Ser jornalista é viver de uma forma mais intensa. Sentir, respirar, chorar, abraçar momentos que deveriam pertencer a outros. Negue-me quem nunca esteve no terreno. Contrarie-me quem nunca sentiu na pele a dor dos outros como se fosse sua... num acidente, numa tragédia ou numa catástrofe natural, num momento em que se questiona tudo e todos, especialmente a frase “E se me tivesse acontecido a mim? E se tivesse sido com os meus?” Os psicólogos chamam-lhe “situações ameaçadoras de vida”, ocasiões que colocam em causa a existência, seja ela a dos protagonistas da “história”, seja a dos profissionais que estão no terreno ou vão para o terreno. Bombeiros e militares, polícias e médicos, psiquiatras e – por que não? – jornalistas. Nunca falamos deles. Estarei a exagerar? Sou das pessoas mais críticas quanto ao momento que enfrentamos. O jornalismo atravessa uma crise avassaladora. Faltam valores. Falta rigor. Falta respeito. Falta profissionalismo. Falta, acima de tudo, amor e dedicação pelo que fazemos.

É muito fácil criticar o jornalismo. Dizer mal dos jornalistas com a preguiça e a inveja que servem de rótulo a tantos comentadores de tudo e de nada, que praticamente fazem carreira a escrever, a lançar farpas sobre o trabalho dos outros, nomeadamente dos jornalistas, sem conhecer a realidade, sem viajar pelo Mundo (o verdadeiro Mundo e não os *resorts* de luxo), sem questionar qualquer tipo de “verdade estipulada”, porque isso exige sair da secretária, do sofá... deixar o telemóvel desligado e o comando da televisão na mesa de apoio. Dá muito trabalho!

Há que lutar pela objetividade, pelo rigor e pela credibilidade dos Jornalistas! A objetividade que tanto se apregoa aos “sete ventos” sem se questionar se alguma vez é isso que apenas importa quando se faz reportagem... E falo de reportagem, não de “notícias” feitas por “pés de microfone”, mensagens que outros fazem passar por pessoas que se autodenominam jornalistas, mas que não são mais do que “mensageiros” do poder, do dinheiro, de falsas “notícias”, muitas vezes para ocultar outras, desviar atenções do que verdadeiramente interessa.

³⁰ Nobel da Paz. Sobrevivente do Holocausto. In www.firstperson.jimdo.com.

Bem sei que há muito se deixou de insistir racionalmente na “objetividade total”. Pelo menos, eu acredito nisso. Será, no entanto, correto continuar a insistir com tanta veemência na grande importância da objetividade no jornalismo? Jornalismo, não “simples transmissão de informações de outrem”. Não seria mais profissional, ético, correto... não seria “mais objetivo” assumir perante os leitores, ouvintes e telespectadores...

Assumir, abertamente, que os jornalistas, como Homens e Mulheres, seres humanos como todos os outros profissionais, são exatamente como todos os seres humanos? É certo que todos os jornalistas (não mensageiros que proliferam nos media de hoje em dia) se devem cingir ao trabalho, ao relato, ao testemunho mais objetivo que consigam. Devem ser rigorosos. Devem lutar por ser isentos, o mais que consigam, mas, claramente, assumindo à partida que, tal como escreveu o laureado com o Nobel da Paz Elie Wiesel, “aquele que ouve uma testemunha torna-se, ele próprio, numa testemunha”. Que relato mais fiel, que experiência pode um leitor ou um telespetador desejar para além do relato de alguém que, o mais fielmente possível, tenta contar aquilo que viu, ouviu, testemunhou... através dos seus olhos, ouvidos, olfato... ou mesmo do seu tato? Não será muito mais enriquecedor contar com a experiência de alguém que, assumidamente, por força da profissão de jornalista, já “cobriu” inúmeros acontecimentos, fez parte da própria história da humanidade, do país ou da região (não são apenas os grandes acontecimentos que fazem os grandes repórteres)? A opinião de alguém que dedicou a vida ao jornalismo não será digna e fidedigna para quem a ouve? Não será o testemunho do jornalista mais fiel e imparcial do que o comentário, as ideias opinativas que todos os dias se amontoam, em discursos elaborados, nos jornais ou em espaços informativos dos canais de televisão? (Santiago, 2010.)

Há muito que questiono e escrevo sobre a credibilidade dos comentadores de tudo e de nada, que, no conforto das suas salas, sentados nas secretárias de gabinetes protegidos do calor e do frio, de “gemidos”, gritos de dor, odor a morte, fome, moscas, mosquitos, malária, diarreias e o “diabo a quatro”, escrevem sobre o trabalho dos outros, tal como opinam sobre as novas medidas de austeridade para o Orçamento de Estado, a performance de Cristiano Ronaldo ou as imagens do britânico príncipe Harry tal como veio ao mundo, numa festa privada nos EUA. “É um fartar vilanagem”.

Os jornalistas não podem ser constrangidos a exprimir ou subscrever opiniões nem a abster-se de o fazer, ou a desempenhar tarefas profissionais contrárias à sua consciência, nem podem ser alvo de medida disciplinar em virtude de tais factos.³¹

Se é assim, legalmente, por que razão se ouve falar com frequência, e apenas, que constitui dever fundamental dos jornalistas “informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos

³¹ Artigo 12.º, *Independência dos jornalistas e cláusula de consciência*, Estatuto do Jornalista, Lei n.º 64/ 2007, de 6 de novembro.

de opinião”³² Estará, quem invoca este princípio, a qualquer momento, para criticar o trabalho dos jornalistas (não “vendedores” de opiniões de outros), a ser “realmente” objetivo para quem fala ou escreve?

A objetividade “encapotada” é pior do que assumir que os jornalistas têm o dever de isenção, devem tentar ser o mais rigorosos possível... Mas daí até não terem qualquer interferência na forma como a notícia chega até aos leitores, ouvintes e telespectadores vai uma grande distância.

No meu modesto entender, a grande preocupação de todos os que trabalham nos meios de comunicação social, tal como daqueles que confiam nos jornalistas para se manterem informados, deveria passar pela credibilização da profissão e dos profissionais da área. Não são só os mundos da Política, da Justiça, do setor económico-financeiro que precisam de credibilidade. O jornalismo atravessa um período difícil. O jornalismo encara dificuldades como nunca enfrentou. Falta credibilidade. Precisa-se de credibilidade, com urgência, para quem ama o Jornalismo como eu. Confiar no bom trabalho de um jornalista não exige que este seja um autómato, uma máquina que transmite, exatamente, o que vê, o que ouve, sem sentimentos, coração, alma... ou discernimento do que está certo ou errado. Não se querem desvios ou interferências, mas também não se deseja hipocrisia, superioridade e arrogância despojada de qualquer sentimento humano, que nos torna a todos diferentes e, por isso mesmo, únicos e “ricos” na vasta heterogeneidade que é o Mundo em que vivemos.

A experiência e a visão transversal da passagem pelos mais diversos cenários, momentos e registos, são mais valiosas do que qualquer tentativa de isenção e imparcialidade totais, que, caso fossem possíveis, não fariam mais do que retirar a importância, o “cunho” humano e a emoção real desses próprios acontecimentos, reduzindo-os a “pedaços de gelo”, que derretem e se diluem na memória de quem por eles passou ou deles ouviu falar.

O papa Francisco reuniu-se com os jornalistas que cobriram a eleição no Vaticano, três dias depois do fumo branco. Naquela que foi considerada a primeira conferência de imprensa do papa, foram muitos os que o aplaudiram, que exteriorizaram emoções, com um gesto físico, quebrando um dos tabus do Jornalismo. “Não é vulgar ver jornalistas em encontros para os quais são convocados na qualidade profissional aplaudirem os oradores.”³³ Terão pas-

³² Artigo 14.º, *Deveres*, Estatuto do Jornalista, Lei n.º 64/ 2007, de 6 de novembro.

³³ <http://vaivem.wordpress.com>.

sado a ser menos jornalistas por isso? Pela credibilização do jornalismo lanço outra questão. Por que razão é que os jornalistas portugueses aos 40 anos já são velhos? Na CNN, na BBC, muitos jornalistas dos canais internacionais estão perto dos 50, 60 anos, ou já passaram essa idade. São responsáveis editoriais... Vozes e rostos credíveis e experientes da notícia, da reportagem, da opinião. Por que razão é que os estagiários do mundo do jornalismo português se comportam ou interagem com tanta soberba, como se já soubessem tudo? Onde está a humildade? A vontade de aprender com os mais velhos, com os mais experientes? A culpa não é deles...



Reunião entre o papa Francisco e os jornalistas que cobriram a eleição no Vaticano. Imagem retirada de uma reportagem do *Jornal da Tarde*, da RTP 1.

De há uns anos para cá, nas redações que conheço, ouve-se, com muita frequência: “Os anos e a experiência não são um posto”! Não? Estamos a falar de Jornalismo? De Jornalismo não estaremos com certeza! E sem ele não adivinho um futuro pleno, consciente, democrático, informado e Humano.

BIBLIOGRAFIA

- Abruzzese, Alberto, e Scalamonti, Antonio C. (1992), *La Felicità Eterna – La Rappresentazione della Morte in TV e nei Media*, Torino, Edizioni Rai Radiotelevisione Italiana.
- Almeida, Fialho de (2009), *Os Jornalistas e Outras Pasquinadas*, Palimpsesto.
- Babo, Maria Augusta (2000), “As Transformações Provocadas pelas Tecnologias Digitais na Instituição Literária”, in *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*.
- Baudrillard, Jean (1997), *A Troca Simbólica e a Morte*, II, Lisboa, Edições 70.
- Castells, Manuel (2005), “A Sociedade em Rede”, in Cardoso, G., Firmino da Costa, A., Conceição, C.P., Gomes, M.C., (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Cornu, Daniel (1994), *Jornalismo e Verdade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Debord, Guy (2012), *A Sociedade do Espectáculo*, Lisboa, Antígona.
- Faerman, Juan (2011), *Facebook*, Porto, QuidNovi.
- Fernández, Francisco Vázquez (1983), *Fundamentos de Ética Informativa*, Ediciones Forja.
- Giroux, Henry A. (2006), *Para Além do Espectáculo do Terrorismo – A Incerteza Global e o Desafio dos Novos Media*, Mangualde, Edições Pedagogo.

- Gougenheim, Isabelle, e Hérouville, Yves d' [2003], *A Televisão, Ideias Feitas*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Innerarity, Daniel [2006], *O Novo Espaço Público*, Lisboa, Teorema.
- Lepri, Sérgio (1996), "Un Futuro per le Agenzie di Stampa", in *Telèma*, Primavera.
- Mesquita, Mário [2004], *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- Music, Graham [2002], *Afecto e Emoção*, Coimbra, Almedina.
- Pennebacker, James W. (editor) [1997], *Opening Up, The Healing Power of Expressing Emotions*, Nova Iorque, The Guilford Press.
- Santner, Eric L. [2000], "Some Reflections on States of Exception", in Guenther, Len e Hesters, Cornelius (ed.), [2000] *Social Insecurity*, Toronto, Anansi Press.
- Santiago, Daniela [2005], *Inferno no Paraíso - 15 Dias no Sri Lanka Depois do Tsunami*, Coimbra, MinervaCoimbra; [2006a], *O Reconforto da Televisão. Uma Visão Diferente Sobre a Tragédia de Entre-os-Rios*, Coimbra, MinervaCoimbra; [2006b] "A Tragédia", in Cardoso, G., e Espanha, R. [org.] [2006], *Comunicação e Jornalismo na Era da Informação*, Lisboa, Campo das Letras; [2010], "Não há objetividade", in Caraça, J., e Cardoso, G. [org.] [2010], *Ideias Perigosas Para Portugal*, Lisboa, Tinta da China.
- Sontag, Susan [2003], *Olhando o Sofrimento dos Outros*, Algés, Gótica Editora, 2.ª edição.
- Tuchman, Gaye (1983), *La Producción de la Notícia. Estudio sobre la Construcción de la Realidad*, Barcelona, Gustavo Gili.
- Vargas Llosa, Mario [2010], *O Sonho do Celta*, Lisboa, Quetzal Editores.

Documentação e imprensa escrita

Público, 11 de setembro de 2006.

Diário de Notícias, 10 novembro 2011.

Sol, 22 de junho de 2012.

I, 18 de agosto de 2012.

Comunicado n.º 3 do SINTTAV, de setembro de 2012.

Telex 132 LUSA 15091859, de 4 de outubro de 2012.

Jornalismo e Jornalistas, Edição Clube de Jornalistas, n.º 52 out/dez 2012, pp. 18-25.

Legislação

Estatuto do Jornalista, Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro.

internet

<http://www.facebook.com/#!/CavacoSilva> (Consult. setembro 2012).

<http://www.facebook.com/#!/pedopassoscoelho> (Consult. setembro 2012).

<https://www.facebook.com/antonio Branco.municipiomirandela.5> (Consult. setembro 2012).

<http://www.facebook.com/#!/francisco.louca.3> (Consult. agosto 2012).

<http://www.facebook.com/#!/pages/Que-se-Lixe-a-Troika-Queremos-as-nossas-Vidas/177929608998626> (Consult. Setembro 2012).

<http://www.facebook.com/#!/pages/Re-Elect-President-Barack-Obama-in-2012/243040934978>
[Consult. setembro 2012].

<http://www.facebook.com/#!/michelleobama> [Consult. setembro 2012].

<http://www.facebook.com/AnnDRomney> [Consult. setembro 2012].

<http://vaievem.wordpress.com> [Consult. setembro 2012].

<http://www.journalism.org> [Consult. setembro 2012].

<http://www.labcom.ubi.pt> [Consult. setembro 2012].

www.firstperson.jimdo.com [Consult. dezembro 2009].

Televisão

Condenados à Nascimento, grande reportagem emitida a 9 de maio de 2007, na RTP1. De Daniela Santiago, com imagem de Pedro Raposinho e edição de Paulo Nunes.

Missão Réo Mao, grande reportagem emitida a 2 de janeiro de 2008 na RTP1. De Daniela Santiago, com imagem de Rui Rodrigues e edição de Paulo Nunes.

O Sangue da Floresta, grande reportagem emitida a 22 de outubro de 2008 na RTP1. De Daniela Santiago, com imagem de Rui Rodrigues e edição de Alexandre Leandro.

<http://www.youtube.com/watch?v=q9jdsAGUgrY>.

<http://www.youtube.com/watch?v=VnH2Fun-43w>.

11 de Setembro – Dez Anos Depois, grande reportagem emitida a 9 de setembro de 2011 na RTP1, de Daniela Santiago, com imagem de Edson Tanaka e edição de Miguel Teixeira.

<http://www.youtube.com/watch?v=VnH2Fun-43w>.

Timor-Leste, um País, uma Década, exibido a 18 de maio de 2012 na RTP1. De e com apresentação de Daniela Santiago, imagem de João Martins e edição de António Nunes.

http://www.youtube.com/watch?v=_MK70pOr81Q.